



sntct

direcção nacional

01/2007
5 Mai.

NOVA POLÍTICA LABORAL PARA O SECTOR DAS COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES

GREVE GERAL DIA 30 DE MAIO

Os trabalhadores das empresas do sector das comunicações e telecomunicações têm sido altamente prejudicados pela política governamental e pelas alterações da Leis do Trabalho.

Nas duas maiores empresas do Sector – CTT e PT-C – as administrações nomeadas pelo Governo têm atentado contra os direitos dos trabalhadores, têm promovido a **diminuição do poder de compra**, aumentado a **precariedade do emprego** e **diminuído direitos da saúde e apoio social**.

Nas restantes empresas, os salários são baixos e abunda o **trabalho precário e sem direitos**.

Nos últimos anos, as políticas de direita desenvolvidas pelos sucessivos Governos foram responsáveis pela **segmentação das empresas de comunicações e telecomunicações**, submetendo-as, nuns casos, à sua própria política, noutros casos, aos interesses privados dos grupos económicos, o que conduziu ao desprezo da componente social, com enormes prejuízos para o País e para os portugueses, num quadro mais geral de **abandono, por parte do Estado, das suas funções sociais**.

Uma das consequências directas desta política foi a **extinção de milhares de postos de trabalho** e um aumento da precariedade das relações de trabalho, que afectam sobretudo as camadas mais jovens, que se vêm assim, em muitos casos, espoliados dos direitos usufruídos pelos demais trabalhadores.

O **Serviço Nacional de Saúde** está a ser destruído a favor dos grandes grupos económicos. A saúde tornou-se a área de negócios mais lucrativa depois do armamento.

A **Segurança Social** será pior no futuro, em resultado das alterações ao sistema, impostas pelo Governo.



O Governo pretende agora agravar a legislação de trabalho, através de:

- **Introdução de mecanismos com vista ao despedimento sem justa causa, sob a designação de FLEXIGURANÇA;**
- **Dar todo o poder às entidades patronais para fixarem e organizarem livremente o tempo de trabalho, sem qualquer possibilidade de recusa por parte do trabalhador. Isto conduziria ao aumento generalizado do horário de trabalho e ao não pagamento de trabalho suplementar, o que significaria uma redução significativa da remuneração da generalidade dos trabalhadores;**
- **Aumento da polivalência funcional, para reduzir as categorias profissionais, concentrando mais funções em cada trabalhador, criando assim condições para a redução de postos de trabalho, aumento das cargas e ritmos de trabalho.**
- **Redução progressiva das pensões de reforma e deteriorização da situação dos aposentados e reformados.**
- **As políticas em curso conduzem à destruição do Serviço Nacional de Saúde. Os grandes grupos económicos dominam o sector e paga-se mais pelos serviços de saúde.**



ESTA LUTA É DE TODOS

VAMOS LUTAR *AGORA* PARA GARANTIR O FUTURO

- **TRABALHO COM DIREITOS**
- **NÃO À FLEXIGURANÇA**
- **MELHORES SALÁRIOS**
- **CONTRA A PRECARIIDADE**
- **DIREITOS SOCIAIS**
- **CONTRA A FLEXIBILIDADE DE HORÁRIOS**
- **CONTRA A POLIVALÊNCIA FUNCIONAL**
- **MELHOR SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**
- **SEGURANÇA SOCIAL MAIS JUSTA**